



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

RELATÓRIO PRELIMINAR DA COMISSÃO EXTERNA DO CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CDDPH, DESTINADA A AVERIGUAR AS REAIS CONDIÇÕES DO HOSPITAL DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARÁ, E QUAIS AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE ENVOLVERAM A MORTE DE 263 RECÉM-NASCIDOS

Ilustríssimos Senhores Conselheiros,

Este Relatório preliminar resume os depoimentos, documentos e a inspeção às instalações físicas do Hospital Fundação da Santa Casa de Misericórdia do Pará, ocorrida no último dia 10 de julho, em companhia da Comissão de Senadores, representando a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

I - INTRODUÇÃO

Nossa representação ocorreu através do Deputado Federal ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR e do Delegado de Polícia Federal, Dr. DANIEL LERNER, indicado que foi pelo Eminentíssimo Presidente do CDDPH, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, em substituição ao Ouvidor Nacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Dr. Firmino Fechio.

Pelo Senado Federal estiveram os Senadores Flexa Ribeiro, (PSDB/PA), Papaléo Paes (PSDB/AP), José Nery (PSOL/PA), Augusto Botelho (PT/RR), Mozarildo Cavalcante (PTB/RR) e Antônio Carlos Valadares, (PSB/SE).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

II - DA VISITA

A Comissão chegou em Belém no dia 9 de julho à noite. Às 8h30 da manhã do dia 10 de julho, iniciou a visita às instalações da Santa Casa. Logo na chegada, estranhamente, uma manifestação política recepcionou com faixas e palavras de ordem, a Comissão, exigindo respeito à Santa Casa. Os membros das duas Comissões surpreenderam-se, por não haver nenhuma faixa ou palavra de ordem que lamentasse a morte de 263 (duzentas e sessenta e três) crianças.

Integraram-se às Comissões o Deputado Federal Zé Geraldo (convidado pelo Deputado Zenaldo Coutinho), e os Deputados Estaduais Suleima Pegado, André Dias e José Megale.

A inspeção ocorreu nos diferentes ambientes do Hospital, como a UTI Neo-Natal, o Berçário, a Maternidade, a Pediatria, as Enfermarias e as Clínicas Cirúrgica e Médica.

Durante a visita, verificou-se que os locais, em regra, estavam bem higienizados, exceto alguns quartos que possuíam infiltração e vazamento de água de ar-condicionado. Constatou-se, também, a desativação de uma Unidade Semi-Intensiva, da Neo-Natologia, para desinfecção, o que ocorrerá em sistema de rodízio com demais unidades. Identificou-se, também, a deterioração de alguns espaços físicos. Verificou-se, ainda, a desativação de um “espaço criança”, criado, inclusive, com parceria social. Por último, foi visitado o necrotério, quando foram constatados mais três corpos de bebês, sendo dois nascidos mortos e um falecido naquele dia, na UTI Neo-Natal. Nas geladeiras, outros corpos foram encontrados, de mortos já há algum tempo.

Aconteceu uma Audiência Pública no Auditório do Hospital, com a presença dos Senadores, dos representantes desta Comissão, da Secretária de Estado de Saúde, Laura Rossetti e do Dr. Maurício Bezerra,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

atual Presidente da Santa Casa.

Participaram, também, representantes da OAB-PA, através da sua Presidente, Dra. Ângela Saies; do Conselho Estadual de Saúde, Antônia Trindade; do Instituto Criança-Vida, Rui Martins; do Sindicato dos Médicos do Estado, Dr. Luis Sena; do Conselho Regional de Medicina, Dr. José Antônio Cordero; e de Centrais Sindicais Universitárias, Movimentos Populares e Sindicatos dos Trabalhadores da Saúde.

III - DA AUDIÊNCIA

A palavra foi franqueada ao CRM, Sindicato dos Médicos, OAB, Conselho Estadual de Saúde, aos Drs. Hélio Franco e Paulo Mota, ex-presidentes da Santa Casa, à representante do Conselho Estadual de Saúde, ao Instituto Criança Vida, Deputado José Megale, que representou a Assembléia Legislativa, ao atual Presidente, Dr. Maurício Bezerra, aos Deputados Federais, Senadores e à Secretária de Saúde.

Foram entregues a esta Comissão os seguintes documentos, os quais estão apensados a este relatório:

- dos Médicos-Pediatras;
- dos Médicos Ginecologistas-Obstetras e Enfermeiras;
- ofícios do Sindicato dos Médicos, com pedidos de providências;
- ofícios dos Conselhos Regional de Medicina, com o mesmo objetivo;
- diagnóstico da Santa Casa, entregue pela atual Diretoria;
- ação do Ministério Público contra o Governo do Estado e a Fundação Santa Casa;
- da visita, em 4/12/2007, do Ministério Público à Santa Casa;
- carta do ex-Presidente da Santa Casa, Dr. Jorge Ohana e



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

- fichas de identificação de servidores temporários, contratados em março de 2007 (um bacharel em Direito, FREDERICO JOSÉ SOARES BEZERRA, um Programador e Analista de Sistemas, FERNANDO GAMANASCIMENTO e um Professor de Educação Física, JORGE FERREIRA SOARES);

O Dr. José Antônio Cordero, Presidente do CRM, ao discursar, enfatizou que os problemas da Santa Casa já eram conhecidos, e denunciados pelo próprio CRM, decorrente dos diagnósticos apresentados pelos próprios Médicos ao Conselho.

Dr. Cordero identificou dentre os problemas, complicada falta de estrutura, carência de material, péssimos salários, sério problema de gestão. Apontou, ainda, o excesso de demanda (é importante registrar que o governo do Estado cancelou convênios com Hospitais Privados, que ofereciam quatorze UTI's para atendimento Neo-natal, que complementavam o número oferecido pela Santa Casa). Disse o presidente do CRM "os senhores viram os leitos da UTI Neo-natal. Imaginem a nossa decisão, de quem vai ser internado, e de quem não vai". Por fim, destacou que não houve diálogo entre os Diretores, o Governo e os Profissionais da Santa Casa: "o governo fechou as portas para o diálogo conosco, não aceitou a discussão, acabou com o Comitê de Mortalidade Materna; acabou com o Conselho de Gestão da Santa Casa. A Santa Casa não pode ser barganha de política partidária. Tem que respeitar os técnicos".

O Dr. Luis Sena, Diretor do Sindicato dos Médicos, praticamente reproduziu os mesmos argumentos do CRM: situação precária do Hospital, problemas na higienização, falta de diálogo da Direção com os funcionários, não tomada de providências, pela Direção da Santa Casa, após as denúncias de novembro de 2007, formalizadas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

pelo próprio Sindicato.

O Dr. Maurício Bezerra, atual Presidente da Santa Casa, apresentou o histórico do Hospital, as certificações concedidas em 2004, como Hospital de Ensino, e a contratualização do Hospital de Ensino em 2006. Relatou o perfil do Hospital, os projetos prioritários, apresentou os indicadores de saúde, informações estatísticas, incluindo os óbitos na Neo-natologia, fez diagnóstico de fatores concorrentes para a situação e as providências a curto, médio e longo prazo.

O Dr. Paulo Mota, ex-Presidente da Santa Casa, em seu pronunciamento elencou o rol de homenagens, certificações e premiações que a Fundação Santa Casa do Pará recebeu nos últimos anos. Evidenciou problema de gestão, considerando que grande parte dos profissionais que atuam no Hospital são os mesmos que atuavam quando das homenagens. Portanto, evidente é o desmonte administrativo da Instituição.

A Dra. Laura Rossetti afirmou que foi surpreendida com essa grave crise, mas que todas as providências necessárias estariam sendo tomadas. Relatou, inclusive, que, praticamente transferiu-se para dentro do Hospital, a fim de atuar em conjunto com os Diretores do mesmo, buscando, em caráter emergencial, evitar novas mortes. Anunciou a regularização do fornecimento de medicamentos e equipamentos, a contratação de pessoal e outras medidas pertinentes.

IV - DO HISTÓRICO

Em 1998, o Ministério da Saúde e a UNICEF concederam o título de “Hospital Amigo da Criança” à Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

Em 1999, o Ministério da Saúde concedeu o Prêmio “Galba de Araújo”, de humanização no Pré-natal, parto e pós parto.

Em 2002, a Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde certificou a Santa Casa no Programa dos Centros Colaboradores para a qualidade da Gestão e Assistência Hospitalar.

Em 2004, através de Portaria Interministerial foi certificado como “Hospital de Ensino”.

Em maio de 2006, médicos registraram que o Hospital enfrentava super lotação e reivindicavam, também, melhorias salariais. Decorrente da interlocução da Diretoria da Instituição e seus médicos, várias demandas foram atendidas, o que foi relatado pelos próprios.

Em 10 de novembro de 2006, o Ministério da Saúde fez a contratualização da Santa Casa como Hospital de Ensino.

Em 10 de junho de 2007, os pediatras, em carta à Coordenação de Neo-natologia ou gestor competente, reivindicaram a continuação de diálogo antes existente, a fim de alcançarem medidas de aprimoramento da assistência no Hospital.

Em 11 de junho de 2007, o Conselho Regional de Medicina fez vistoria e recomendou a aquisição de medicamentos e material para suprir as necessidades do Hospital; reforma e climatização das enfermarias; criar mecanismos que dificultem a demanda espontânea nos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

casos eletivos; obrigar o uso de equipamento de proteção individual na lavanderia. No relatório, os fiscais do CRM identificaram, ainda, super lotação no berçário, recém-nascidos entubados fora do ambiente da UTI, falta de material como luva e sonda de aspiração e medicação; paredes com infiltração, limpeza deixando a desejar, falta de material e lixo hospitalar ao lado da geladeira. O farmacêutico informou, ainda, a falta de alguns medicamentos, como por exemplo, antibióticos de alto custo. Até papel para prescrição, receituário e material de consumo foram anotados.

Em 06 de outubro de 2007, o Conselho Regional de Medicina requereu esclarecimentos da Diretoria da Santa Casa acerca de denúncia, na imprensa, que apontou 135 óbitos de crianças, nos últimos seis meses. De posse dos dados, os Promotores Públicos decidiram fazer uma inspeção e anunciaram a pretensão de ajuizar uma Ação Civil Pública contra o Governo do Estado.

Em outubro de 2007, os Pediatras do Hospital enviaram documento ao Conselho Regional de Medicina, denunciando as péssimas condições de trabalho, a seguir descritas: falta frequente de material, como incubadoras para alojar os prematuros; de monitores como saturímetro de pulso, aparelho de dosar glicemia, e até mesmo mantas e lençóis. Solicitaram, ainda, equipamentos como o catéter umbilical, aparelhos para fototerapia, bombas de infusão de medicamentos, ambúsculos para ventilação e berços aquecidos. Solicitaram, também, intermediação do CRM para a abertura de diálogo com a Diretoria do Hospital, que estaria tomando decisões inadequadas e retrógradas, sem permitir, sequer, discussão com a equipe assistencial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

Em novembro de 2007, o Sindicato dos Médicos denunciou a precaríssima situação da Santa Casa, “sobretudo na infra-estrutura da Maternidade e nos problemas de higiene local”.

Em 04 de dezembro de 2007, o Promotor de Justiça, Dr. Ernestino Roosevelt Silva Pantoja, realizou visita de inspeção à Santa Casa, apontando deterioração do Hospital, necessidade de equipamentos, de reparos na estrutura física, etc, etc.

No dia 24 de janeiro de 2008, ginecologistas-obstetras e enfermeiras formalizaram grave relatório à Diretoria da Fundação Santa Casa, apontando péssimas condições de trabalho, inadequada estrutura física da Maternidade, falta de medicamentos, de materiais de suporte de vida, rouparia, entre outros.

Em 11 de março de 2008, a equipe de pediatria da Fundação Santa Casa apresentou relatório acerca das condições de trabalho na Instituição. Neste relatório repetem-se denúncias já sobejamente conhecidas, adicionando novos detalhes da grave situação. Como exemplo, a falta de algodão, álcool e gase em diferentes plantões, de detergentes, povidine e papel-toalha. Falta de medicamentos como Dobutamina, Dipirona, Paracetamol, Anti-térmico e analgésico de primeira linha, Metildopa, Anti-hipertensivo e Vancomicina. Falta de componentes da nutrição Parenteral como Poli-Vitamínicos, Oligoelementos, falta de Kits de Laboratório para a realização de exames primários como Uréia, Creatinina e Coagulograma. Não havia Kit para exame de HIV, assim como máscaras para oferta de oxigênio, nem tampouco para a inalação com medicações Beta-Adrenérgicas, forçando o reaproveitamento das poucas máscaras existentes para outros doentes, sem a desinfecção



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

adequada. Faltavam, ainda, monitores eletrônicos, oxímetros, material para ventilação, etc, etc, etc.

Destacou, por exemplo, que todas as enfermarias ofereciam grande risco de infecção às pacientes; os aparelhos de ar condicionados tinham manutenção deficiente; tomadas de energia elétrica não funcionavam; lâmpadas queimavam e não eram trocadas; portas quebradas; saídas de oxigênio que não correspondiam ao número de leitos, faltavam roupas para as pacientes, luvas cirúrgicas, medicamentos como Dipirona, Metildopa, Penicilina Benzatina, Ampicilina, Terbutalina, Efortil e Efedrina. Faltavam, ainda, na Maternidade Cânulas de Guedel, Fio-guia para entubação, Aspiradores e Desfibriladores, Respiradores e Monitores. Denunciaram, também, que os “Sonares Doppler” eram impróprios para o uso, e que até pinças cirúrgicas, com defeito, eram usadas. Denunciaram que a limpeza e higienização de todos os setores encontravam-se precárias, com lixos não recolhidos. Reivindicaram, também, melhorias salariais.

Em 19 de março de 2008, o Promotor Público da Infância e Juventude de Belém, Dr. Ernestino Roosevelt Silva Pantoja, ingressou com Ação Civil Pública contra o Estado e a Prefeitura, observando todas as denúncias de desmonte do Hospital já relacionadas, requereu, em decorrência da omissão com a saúde de crianças e adolescentes, a construção de um Hospital de Referência Materno-Infantil.

Relatou, o Eminentíssimo Promotor, que “a realidade é cruel e assustadora. Não há investimento na área da saúde, é rotina o descaso com a vida humana, pois a situação é tão degradante que o **resultado morte**, é o mais provável. É lamentável, pois a saúde é um direito do



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

cidadão... A Santa Casa está inviabilizada para atender dentro de um padrão mínimo de dignidade. ... Enfim, não se tem absolutamente nada definido como Política Pública na área da Saúde. ... os clientes do sistema, obviamente pobres, pois quem possui o mínimo, não se aventura em morrer, estão esquecidos e violados no seu direito à saúde, de índole constitucional.”

Em 31 de março de 2008, o Sindicato dos Médicos voltou a pedir providências ao Conselho Gestor da Santa Casa. No mesmo dia, fez denúncia à OAB-PA, à Secretária de Estado de Saúde, ao Ministério Público e ao Conselho Estadual de Saúde.

No dia 07 de abril de 2008, o Sindicato dos Médicos denunciou os referidos problemas à Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa.

Dia 08 de abril de 2008, os médicos-ginecologistas e obstetras enviaram ao Sindicato dos Médicos, pedido de apoio e de orientação quanto à mobilização dos mesmos, visando melhores condições de trabalho e de remuneração. Disseram no documento: “há cerca de um ano, vimos tendo reuniões com a Coordenadoria da Tocoginecologia. ... nessas reuniões temos exposto situações como falta de leitos, de materiais adequados (sonares, focos de luz, campos estéreis suficientes, carrinhos de anestesia, medicamentos), falta de segurança, de instalações adequadas para Médicos e Pacientes (enfermarias cheias de infiltrações, apenas um banheiro para cada trinta a quarenta pacientes e suas acompanhantes, salas de cirurgia desativadas ou sem Central de Ar), e ainda, a péssima remuneração a que estamos submetidos. ... após várias reuniões, a Maternidade permanece sem melhorias”. Neste documento, os Médicos chegam a ameaçar greve.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

Em maio de 2008, os Pediatras promoveram reuniões com a Direção da Santa Casa. Expediram dez ofícios, com destaque para o Ministério Público, Secretaria Estadual de Saúde, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Estadual de Saúde, dentre outros, sem nenhuma consequência efetiva.

Em 07 de maio de 2008, os Médicos do Hospital da Santa Casa paralisaram as suas atividades por 24 horas, num movimento de advertência, em razão das péssimas condições do Hospital, somadas às insuficientes remunerações.

No dia 13 de maio de 2008, o Sindicato dos Médicos requereu Audiência com a Dra. Laura Rossetti, Secretária de Estado de Saúde, em caráter de urgência, para o atendimento das demandas. Apontou, também, o risco de uma greve por tempo indeterminado, no caso de não haver solução por parte do Estado.

No mês de junho de 2008, ocorreram as dezenas de mortes praticamente anunciadas pelas reiteradas manifestações de Médicos, Enfermeiros, Sindicatos e CRM.

No dia 10 de julho de 2008, a Comissão do CDDPH, em conjunto com a Comissão do Senado Federal, vistou e promoveu Audiência Pública na Santa Casa de Misericórdia.

Ainda em julho, o ex-presidente da Santa Casa, no período de 11 de janeiro a 8 de julho de 2007, Dr. Jorge Ohana, fez chegar a esta Comissão documento de sua autoria em que relatou suas considerações sobre a crise na Santa Casa. Destacamos as seguintes observações:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

“Hospitais, diferentemente de pessoas, não têm morte súbita. Vão definhando lenta e gradualmente. Manifestam evidentes sinais e sintomas de seus males através de seus indicadores, de suas centrais de custos, de suas ouvidorias, CCIH, projeto sentinela e gestão de risco, controle interno, programas de qualidade, entre outros. É necessário que os seus gestores estejam permanentemente atentos a estes comemorativos e tome medidas de modo pró ativo, para que não tenham o dissabor de ter que se posicionar a reboque de crises, tomando medidas extemporâneas e emergenciais, em geral apenas paliativas. Há que se estabelecer e cumprir Planejamento Estratégico, PPA, Plano Diretor de Obras, Planejamento Orçamentário, com prioridades e constantes investimentos na qualificação de pessoas e formação de gestores. ...Nossa governadora não teve a oportunidade de agendar nenhuma visita ao Hospital por um dia sequer ao longo de um ano e meio de governo. O que os olhos não viam o coração não sentia. Depois de instalada a recente crise, aconteceu uma tímida e protocolar visita noturna”.

V- DIAGNÓSTICO

A ocorrência das dezenas de mortes no mês de junho deste ano, superando, em muito, quaisquer prognósticos toleráveis de índice de mortalidade hospitalar, decorreram de um conjunto de fatores:

1. redução de recursos conveniados do Estado com os Municípios, para a contratação de Médicos, 24 horas, em todas as Cidades Paraenses. Em 2006, foram repassados R\$ 40,0 milhões e, em 2007, somente R\$ 10,0 milhões, o que prejudicou o atendimento das grávidas nos Municípios de origem, reduzindo o acompanhamento pré-natal;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

2. substituição do programa “Kit de Farmácias” pelo convênio “Fundo a Fundo”, que tem apresentado dois problemas: nos primeiros seis meses deste ano, apenas três meses foram pagos, senão para todos, para parte significativa dos Municípios; segundo, os valores proporcionais ao número de habitantes produzem grave distorção com os Municípios menores, muitos deles incluídos entre os mais pobres do Estado.
Exemplo: Santa Cruz do Arari recebe R\$ 1.500,00 por mês, possuindo um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH);
3. administração da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, dirigida pelo Dr. Anselmo Bentes, cometeu uma sequência de erros e omissões que comprometeram, definitivamente, a qualidade dos serviços do Hospital. Desde falta de diálogo, não aquisição de medicamentos e equipamentos, péssima higienização, inadequada manutenção e todas as mazelas sobejamente elencadas nos diferentes documentos sucessivamente apresentados;
4. substituição de servidores com larga experiência em UTI Neo-natal, por alguns concursados, sem que os mesmos (não por culpa deles) recebessem um treinamento adequado para a transição;
5. contratação de servidores Bacharel em Direito, Professor de Educação Física e Analista de Sistema, quando o Hospital necessitava, **urgentemente**, de Profissionais Especialistas em Saúde;
6. desmonte do Conselho Gestor e da Ouvidoria da Santa Casa;
7. suspensão do uso do “protocolo de rotina hospitalar” e
8. cancelamento dos convênios com dez UTI’s, para atendimento Neo-natal, em Belém, com a Maternidade do Povo, e de quatro UTI’s em BragançaPA, que complementavam o atendimento da Santa Casa,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

evitando a descontrolada super lotação ocorrida.

VI- RECOMENDAÇÕES

- Recomposição do Conselho Gestor da Fundação;
- Reconstituição da Ouvidoria;
- Diálogo permanente entre equipe profissional e dirigentes da Instituição;
- Recomposição imediata de “protocolo de rotina”;
- Supervisão permanente da Secretaria de Estado da Saúde;
- Prioridade para a estrutura de monitoramento e controle de infecção hospitalar;
- Investimentos permanentes do Governo do Estado na aquisição de equipamentos, medicamentos, contratação de pessoal para a manutenção da qualidade necessária aos serviços prestados pela Santa Casa e
- Elevação da remuneração dos profissionais, premiando produtividade, qualidade e plantões.

VII - ENCAMINHAMENTO

Com o objetivo de informar, para as providências necessárias, tanto sob o ponto de vista administrativo, judicial, ou até mesmo de pressão institucional, para que sejam evitadas novas mortes e apuradas as responsabilidades pelas já ocorridas, sugerimos que este relatório ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

ser aprovado pelo Douto Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, seja remetido para as seguintes autoridades:

1. Excelentíssimo Senhor Presidente da República;
2. Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde;
3. Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Justiça;
4. Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais do Senado Federal;
5. Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados;
6. Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Pará;
7. Excelentíssimos Senhores Presidentes dos Comitês de Direitos Humanos e da Criança e do Adolescente da ONU;
8. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará;
9. Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará;
10. Excelentíssima Senhora Secretária de Estado de Saúde do Estado do Pará;
11. Ilustríssimo Senhor Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança da Minoria

12. Ilustríssimos Senhores Diretores do Sindicato dos Médicos do Estado do Pará e

13. Ilustríssimo Senhor Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará.

Brasília, 16 de julho de 2008

Deputado **ZENALDO COUTINHO**
Líder da Minoria

Dr. DANIEL LERNER
Substituto do Ouvidor Nacional, Dr. Firmino Fechio